

*Abstract: Se o bispo e o padre são ordenados para servir, recebendo o sacramento do sacerdócio ministerial, isto é, do serviço do Corpo do Senhor, o diácono permanente mais ainda está votado à diaconia da caridade, como tal empenhando-se na construção da solidariedade e da paz, os grandes objetivos da CF ecumênica deste ano. O autor começa refletindo sobre o ministério do diácono, situando-o no conjunto da missão da Igreja e vendo-o como dom do Espírito Santo, caracterizado por sua trílice diaconia. A seguir, descreve o diácono como construtor da solidariedade, e explica o que a Igreja pensa da questão social e como age nesse campo. Em terceiro lugar, mostra como o diácono promove a solidariedade e a paz mediante a Liturgia, a Palavra, e a Caridade, desenvolvendo essa ação no diálogo ecumênico e inter-religioso. Concluindo, o autor afirma que, sendo o diaconato o “serviço da Igreja sacramentalizado”, ou seja, sinal sacramental do serviço do Cristo, só pode ser ordenado diácono aquele que estiver decidido a engajar-se totalmente na construção do Reino da solidariedade e da paz.*

*Bishops and priests are ordained for the ministry in the Church, the Body of Christ the Lord. Moreover, the ordination to the diaconate is specifically a service to charity and its purpose is the promotion of solidarity and peace, which are the objectives of this year's “Campanha da Fraternidade”. The author gives some thought about the ministry of the deacon in the context of the Church and its mission in the world focusing on its uniqueness as a gift of the Holy Spirit to be characterized as a triple diaconate. Additionally more is to be said in terms of consolidating solidarity since the Church situates the social action as its major endeavor.*

## O ministério do diácono na construção da solidariedade e da paz

*José Durán y Durán\**

\* O Autor é Diácono Permanente desde 1981. Trabalha pastoralmente na Diocese de Palmares, em Pernambuco, desde 1977. Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade de Santo Tomás de Aquino (Roma). Licenciado em Filosofia e Letras pela Universidade de Valência (Espanha). Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Teologia Dogmática pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (São Paulo). Atualmente presidente da Comissão Nacional de Diáconos do Brasil. Diretor e professor do Instituto Teológico de Caruaru, PE.



## Introdução

Numa ocasião recebi uma correspondência eletrônica onde a pessoa dizia que, na sua diocese, a exigência agora para ordenar os candidatos ao diaconado permanente era estar engajados nas pastorais sociais.

Penso não deveria ser esta a única exigência daquela diocese. As Diretrizes para o Diaconado Permanente colocam um amplo leque de requisitos. Porém, isto mostra como algo está começando a mudar na compreensão do ministério do diácono.

A problemática sobre o campo próprio de atuação do diácono, suas funções diferentes dos presbíteros e dos leigos engajados, suas funções ou contribuições específicas, foi levantada desde o início do restabelecimento do diaconado e ainda continua sendo muito indagada.

A questão social com suas implicações pastorais, é um grande desafio para a Igreja do século XXI. Divulgar e viver a Doutrina Social da Igreja é um dos seus grandes objetivos neste século. O ministério do diácono, com sua peculiaridade de evidenciar o serviço, tem a dar uma contribuição própria e específica neste campo.

Nosso objetivo será procurar novas luzes na compreensão deste ministério, tendo presente o que a Igreja vem dizendo e fazendo, no campo social, nos últimos tempos, e mostrando algumas iniciativas pastorais, especialmente no referente à diaconia da caridade, colocando em evidência a atuação do ministério diaconal como construtor da solidariedade e da paz.

### 1. O ministério do diácono

Vejamos inicialmente algumas considerações gerais que nos ajudem a compreender melhor o ministério do diácono. A Igreja, durante o Concílio Vaticano II, percebeu como a diaconia da liturgia, da palavra e da caridade, são ofícios muito necessários para a vida da Igreja, mas com a disciplina da Igreja latina vigente até então só podiam ser cumpridos com muita dificuldade. Por isso propôs que fosse restaurado o diaconado, “como um grau próprio e permanente da hierarquia”, para colaborar com a missão da Igreja (LG 29).

Nunca podemos esquecer que o diaconado surge quando a Igreja se volta para o mundo, quando quer sintonizar com as alegrias e as angustias do homem de hoje. Nasce dentro de uma eclesiologia onde o



ministério ordenado entende-se como serviço ao Povo de Deus. Uma Igreja voltada para o povo. Quer-se resgatar uma tradição dos primeiros séculos, onde o ministério é compreendido como serviço. Até fisicamente a Igreja quer oferecer a imagem de um celebrante voltado para o povo e não de costas para o povo, como era celebrada a missa antes do Concílio. Uma Igreja aberta para o diálogo, querendo ouvir e responder aos clamores do povo.

Com o Concílio, e depois, com as disciplinas complementares de Paulo VI sobre a nova reordenação dos ministérios, constatamos, mais uma vez, como a adequação ministerial da Igreja está subordinada à consecução da sua missão. O Espírito Santo, protagonista da missão, suscita a renovação ministerial na sua Igreja para cada momento da história.

O ministério do diácono se compreende melhor à luz da missão da Igreja, da diversidade dos ministérios suscitados pelo Espírito Santo, da tríplice diaconia, e dentro do ministério ordenado.

### 1.1. A missão da Igreja e o ministério do diácono

A missão da Igreja é servir ao mundo. Este serviço é evangelizar. Evangelizar não é só pregar. É testemunhar. É ser sinal do amor de Deus. É amar. E esta missão é um dever de todo o povo de Deus.

Mas não podemos esquecer que é Deus quem toma a iniciativa. No seu desígnio de amor, o Pai envia o seu Filho para nos salvar. O Filho envia os Apóstolos que, recebendo o Espírito Santo, se colocam à disposição da Trindade para a realização do Reino de Deus.

O diácono, como batizado, participa da missão de Cristo e da Igreja. Como ministro ordenado, torna-se animador oficial da Igreja para ajudar a que todos os batizados vivam a sua missão. A missão do diácono é estar a serviço da missão da Igreja.

*“A missão da Igreja, por natureza, reveste-se de caráter universal. Também através da ordenação, ela coloca seus ministros em estado de missão, confiando-lhes a mesma tarefa que recebeu de seu Fundador: a unidade e a salvação do gênero humano”.*

A missão de evangelizar realiza-se for de forma inculturada, mediante o anúncio, o diálogo, o serviço e o testemunho. Ou mediante o ministério da Palavra, da liturgia e da caridade.



A Igreja tem uma dupla missão: anunciar o Evangelho e ser sinal do Reino. O ministério do diaconado situa-se dentro desta dupla missão. Por ocasião de uma ordenação diaconal, não é raro encontrar cristãos que se perguntam em que vai ser útil para eles um diácono, enquanto não cristãos, companheiros de trabalho do ordenado, vêem nesta ordenação um reconhecimento, por um ministro da Igreja, do valor de sua ação. A missão do diácono não se inscreve nos limites da comunidade. “Pelo contrário, o diácono abre a Igreja ao trabalho do Reino na história. Manifesta à Igreja que ela não é globalizante, mas servidora”.

O ministério do diácono encontra a sua fonte, a sua inspiração e seu sentido na missão de Cristo e da Igreja. O ministério do diácono se entende e configura na medida em que a Igreja escuta e obedece ao Espírito Santo.

O protagonista da missão é o Espírito Santo. A Igreja deve deixar-se conduzir pelo Espírito Santo. O Concílio foi uma grande manifestação do Espírito Santo. João Paulo II vai dizer que sente o dever de indicar “... o Concílio como a grande graça de que se beneficiou a Igreja no século XX: nele se encontra uma bússola segura para nos orientar no caminho do século que começa” (NMI 57).

## 1.2. O ministério do diácono, dom do Espírito Santo

Com o Concílio Vaticano II, a Igreja recupera uma pneumatologia de valorização dos dons, ministérios e carismas de todos os batizados. O Espírito fala a quem quer e onde quer. Carismas e ministérios são diversos e complementares para enriquecer a Igreja e para ajudá-la na realização da sua missão.

O ministério do diácono, como ministério novo, suscitado pelo Espírito Santo, para a realização do projeto de Deus nos dias de hoje, é um ministério que se volta para a realização de uma Igreja servidora, evangelizadora, pascal. Um ministério que vem para colaborar na implementação da eclesiologia do Concílio. Por isso, quando acontece de encontrar algum diácono, vestindo, falando e agindo como um clérigo de antes do Concílio nos resulta estranho, chocante, contraditório com o papel que dele se espera de fidelidade aos sinais dos tempos. O diácono não pode reforçar práticas eclesiais de um modelo de Igreja anterior ao Concílio Vaticano II. É um ministério novo, para a nova evangelização, que procurará novos métodos, novo ardor, novas expressões. É como um vinho novo que tem que se desenvolver em uma Igreja nova. Muitas das



dificuldades ainda encontradas para um pleno desenvolvimento deste ministério na nossa Igreja provêm dos resquícios de mentalidade e práticas não condizentes com as propostas de uma eclesiologia da *Lumen Gentium*.

Trata-se de um ministério que suscita e promove a diversidade dos ministérios na Igreja. Pela sua função própria, ele é gerador de novos ministérios. A imagem de um diácono concentrador, abafador, concorrente de outros ministros ou ministérios, seria a negação mas radical da sua própria identidade e missão.

O ministério do diácono deve ser querido e valorizado como dom do Espírito Santo à sua Igreja. Ele é homem cheio do Espírito Santo, obediente ao Espírito Santo, deixa-se conduzir por Ele. O Espírito Santo renova todas as coisas. O diácono é dócil instrumento do Espírito Santo. É através dos sacramentos que se transmite a vida de Deus. O ministério do diácono é um canal dessa graça de Deus. Quantos poderão ser atingidos pela graça de Deus mediante o ministério do diácono?

### 1.3. O ministério do diácono se realiza na tríplice diaconia

Outro aspecto importante do ministério diaconal é que ele se realiza em plenitude na medida em que vivencia equilibradamente a tríplice diaconia. Não existe diácono só para a liturgia, ou só para a Palavra, ou só para a caridade. As três diaconias se interligam, se complementam, relacionam-se e condicionam. Uma liturgia sem caridade seria um culto vazio. Uma pregação ou catequese, sem caridade, é uma teoria. Uma caridade sem os sacramentos é mera ação social. Por isso, podemos dizer que liturgia e pregação só encontram sentido quando são manifestação da caridade.

O diácono realiza o seu ministério em plenitude se viver as três dimensões da missão. Não teria sentido falar de diácono só para funções litúrgicas, ou funções catequéticas, ou caritativas. Quando um ministro ordenado dedica-se exclusivamente a funções litúrgicas, por exemplo, corre o perigo de cair num reducionismo do seu ministério que pode prejudicar gravemente ao povo de Deus e ao próprio ministro. O que historicamente aconteceu na Idade Média e em outros períodos da história da Igreja, quando os presbíteros só sabiam celebrar a missa, mas não pregavam e nem se preocupavam com a caridade, foi lamentável e de grande prejuízo. O perigo do reducionismo do ministério é grande também em nossos dias. Sobretudo quando se forçam os presbíteros só a celebrar



missas, sem darem conta de todas as comunidades que têm de atender. Muitos deles terminam celebrando a Eucaristia de forma rotineira, cansativa e sem gosto.

#### 1.4. O diácono é um ministro ordenado

O sacramento da ordem o une ao bispo e ao presbitério. Por este laço sacramental ele está unido na missão específica do ministério ordenado. Bispo, presbítero e diácono têm a missão de servir à Igreja para que ela mantenha vivo e desenvolva o amor no mundo. Mas ao mesmo tempo ele recebe uma função própria e específica como diácono. Ele, enquanto sinal sacramental do Cristo-Servo, é animador oficial da diaconia da Igreja. Ele exerce a diaconia ministerial em função da diaconia comum. Ele representa a diaconia da Igreja sacramentalizada. Mas, como apontam diversos documentos do magistério, entre eles as “Normas Fundamentais para a Formação dos Diáconos Permanentes”, da Congregação para a Educação Católica, eles exercem o “*múnus regendi*” como o mais típico do diácono. “Sua missão é a de ser “intérprete das necessidades e dos desejos das comunidades cristãs” e “animador do serviço, ou seja, da *diakonia*”, que é parte essencial da missão da Igreja.”

O mais típico não quer dizer exclusivo, nem único. A realização da dimensão da diaconia da caridade é tarefa de todos os membros da Igreja. O diácono é consciente de que ele sozinho não realiza a função que é de todos. Com a sua vida e a sua palavra, ele vai alertar e mostrar a todos que a vivência desta dimensão é essencial e vital para a Igreja. O diácono sabe que tem que agir em unidade com o bispo, o presbitério e todos os membros da comunidade. Porém, o seu agir deve ser em fidelidade ao seu ser e missão. Não ficando numa relação de “subordinacionismo” de “dependência pueril”, ou de “servilismo” a respeito do bispo, do presbítero e dos leigos e leigas. Justamente o seu ser sacramental de Cristo-Servo mostra e lembra a todos como devem ser os nossos relacionamentos. Não mais relacionamentos de dominação e autoritarismo, mas de verdadeira fraternidade e apoio mútuo na missão.

Cada ministro ordenado tem seu próprio carisma e função (LG 2); 28). O diácono, com sua graça sacramental própria, em comunhão com os ministros ordenados contribui especificamente para a realização de uma Igreja servidora. Se ele é o animador oficial da diaconia da caridade, cabe-lhe uma grande contribuição. Lembremos que a diaconia da caridade abrange todas as pastorais sociais, as obras de assistência e a administração.



Todos se perguntam: afinal, o que é que o diácono faz que os outros não podem fazer? Outros defendem que não devemos perguntar pelo que fazem, mas identificar o que são.

Alguns dizem que não se pode apelar apenas para o aspecto ontológico, quando se pretende definir a contribuição do ministério do diácono. Ao mesmo tempo não se pode defini-lo apenas pelas suas funções. Funções que na sua grande maioria podem ser atribuições de outros ministros ordenados ou não ordenados. O aspecto simbólico do ministério revela-se muito oportuno e respeita ao mesmo tempo a identidade básica de todos os batizados e a realidade específica dos diversos ministérios. Mas, no dia-a-dia da prática eclesial, ele deve ter atribuições que ajudem a Igreja a ser o sinal visível do amor de Cristo.

Quando a Igreja ordena um diácono, ela o constitui testemunha oficial do serviço da palavra, da liturgia e da caridade, dando-lhe autoridade para, agindo em comunhão, desenvolver as funções e serviços que lhe forem confiadas. “Fortalecidos com a graça sacramental, os diáconos servem ao povo de Deus na diaconia da liturgia, da Palavra e da caridade, em comunhão com o bispo e o presbitério” (LG 29). Fica claro que o diácono tem uma ampla contribuição a oferecer. Dependerá sempre do que a Igreja lhe confiar. A Igreja poderá, dependendo das circunstâncias, ampliar ou diminuir determinadas funções. Ele se junta aos outros ministros ordenados, para que em conjunto consigam servir ao povo de Deus, contribuindo para que o povo de Deus viva plenamente a liturgia, a Palavra e a caridade. Dentro das inúmeras contribuições dos diáconos, destaca-se a de serem, como o definiu Paulo VI “uma força motriz para a diaconia da Igreja”. São aqueles que ajudam a colocar em movimento e a organizar os diferentes serviços e ministérios, na tríplice diaconia da liturgia, Palavra e caridade, “detectando e promovendo líderes, promovendo a co-responsabilidade de todos para uma cultura da reconciliação e da solidariedade...” (SD 76-77), garantindo a qualidade do serviço na Igreja, e da Igreja no mundo.

*“O diácono...contribui para a edificação do Corpo de Cristo, reunindo a comunidade dispersa, desenvolvendo o senso comunitário e o espírito de família. Vai ao encontro das pessoas de qualquer religião ou raça, classe ou situação social, fazendo-se um servidor de todos como Jesus.”*

*“Na promoção social e na vivência das obras de misericórdia, o diácono assume a opção preferencial pelos pobres, marginalizados e excluídos. Ele é apóstolo da caridade com os pobres, envolvido com a conquista da sua dignidade e de seus direitos econômicos, políticos e sociais.”*



*Está próximo da dor do mundo. Deixa-se tocar e sensibilizar pela miséria e provações da vida e reveste-se de especial compaixão pelos pobres, pelos desempregados, sem-terra, sofredores de rua. Em razão da graça sacramental recebida e da missão canônica, compete aos diáconos administrar os bens e as obras de caridade e promoção social da Igreja.”*

Quando o diácono é encarregado da animação da diaconia da caridade, isto é, da animação dos projetos e serviços sociais da Igreja, desabrocha uma constelação de contribuições. Para constatar o amplo campo de contribuições do diaconado no desenvolvimento da diaconia da caridade, remeto os leitores para a leitura do capítulo quarto do livro: *Diaconato Permanente e Ministério da Caridade*.

## 2. O diácono construtor da solidariedade

Hoje vivemos num mundo globalizado, dominado pelo capitalismo neo-liberal que produz milhões de vítimas da fome. Vivemos ameaçados pelo terrorismo internacional. O terrorismo não pode ser um pretexto para aumentar a violência, para que os poderosos se firmem nos seus propósitos de dominar pela guerra.

A realidade social desumana que vive a humanidade requer respostas urgentes de solidariedade. A solução dos problemas sociais do mundo é um desafio para a humanidade como um todo. Trabalhar unindo todos os povos do mundo sem distinções de etnia, religião ou cultura, para superar o estado de degradação social da maioria do planeta é vital para a sobrevivência do próprio planeta com da humanidade.

Neste sentido, trabalhar em parceria torna-se inquestionável e imprescindível. Também, como Igreja, devemos organizar com mais empenho a dimensão da caridade. Não será também por esta falta de testemunho de caridade que a Igreja na América Latina e no Brasil vem perdendo nos últimos anos um considerável número de fiéis, para outras Igrejas, Seitas, Crenças e Filosofias?. Não será por esse motivo que a Igreja católica não consegue evangelizar nas periferias?. Não será por isto, que os mais pobres são também os mais abandonados pela Igreja?. O apelo do Papa João Paulo II de fazer da Igreja “a casa dos pobres”, não está nos indicando que a nossa Igreja está totalmente mergulhada na mentalidade e no jeito de ser do capitalismo neoliberal? O apelo é para que a Igreja tenha outro estilo de viver.





*“Não seria esse estilo a maior e mais eficaz apresentação da boa nova do Reino? Sem essa forma de evangelização, realizada pela caridade e pelo testemunho da pobreza cristã, o anúncio do Evangelho – e esse anúncio é a primeira caridade – corre o risco de não ser compreendido ou de afogar-se naquele mar de palavras que a atual sociedade da comunicação diariamente nos apresenta. A caridade das obras garante uma força inequívoca à caridade das palavras ” (NMI 52).*

Estamos em um período da Igreja em que se tornou urgente a renovação do ministério da caridade. A “agenda eclesial da caridade” (NMI 51) deve ser cada vez mais incrementada com compromissos em prol da solidariedade e da paz no mundo. As agendas eclesiais que só contemplam compromissos de culto devem ser profundamente revisadas.

O ministério do diácono é o de ajudar a abrir os olhos da comunidade para enxergar a realidade dos pobres, excluídos, marginalizados, desamparados. Ao mesmo tempo suscitar ações, não apenas momentâneas e circunstanciais, mas permanentes, que conduzam à recuperação completa do bem-estar e cidadania dos assaltados pelo capitalismo desumano.

Ajudar a construir a solidariedade. Nessa construção, todos deveriam estar envolvidos. A comunidade cristã ou se envolve na construção da solidariedade ou não se pode chamar de cristã. Os ministros ordenados ensinam, apóiam e orientam as mais diversas ações e organizações dos leigos e leigas, que visam a construção da solidariedade.

No contexto social e eclesial em que vivemos, trabalhar pela solidariedade e a paz tornam-se prioridades máximas. Acentuar a vivência da caridade é urgente. Os apelos nos chegam de todo lado.

O diácono é construtor da solidariedade na medida em que pelo seu ministério da caridade anima e suscita a solidariedade e o serviço. A comunidade é formada é incentivada para viver a solidariedade.

## 2.1. O que é solidariedade?

É importante esclarecer a distinção entre caridade e solidariedade, mesmo porque a solidariedade é tida como o novo nome da caridade. Na realidade não podemos confundir nem substituir uma pela outra. A caridade é o vínculo da fraternidade cristã. A solidariedade nos leva a construir humana e socialmente a fraternidade universal. A caridade impulsiona a comunidade cristã para a construção da fraternidade universal. Há uma profunda relação entre caridade e solidariedade, de



forma que podemos e devemos distinguí-las, mas nunca separá-las. Construindo a solidariedade estaremos mais perto da caridade. Vejamos alguns esclarecimentos a este respeito na Encíclica *Sollicitudo rei socialis* e no Catecismo da Igreja Católica. O conceito de solidariedade é assim definido:

“É uma virtude moral e social que nasce da consciência da interdependência e co-responsabilidade entre os homens e as nações, e se realiza na “determinação firme e perseverante de empenhar-se pelo bem comum; isto é, pelo bem de todos e de cada um, para que todos sejamos verdadeiramente responsáveis por todos” (SRS 38).

A solidariedade implica em si mesma a exigência da justiça. Fundamento natural da solidariedade é a fraternidade universal e a origem comum do gênero humano em Deus criador; os cristãos percebem na vocação divina de cada homem e na redenção realizada por Cristo, o motivo de exercer a solidariedade como forma de caridade: “O princípio de solidariedade, designado também com o nome de ‘caridade social’, é uma exigência direta da fraternidade humana e cristã”. “A lei da solidariedade humana e da caridade” possuem um fundamento natural “na comunidade de origem e na igualdade da natureza racional, própria de todos os homens” e um fundamento sobrenatural, no “sacrifício de redenção oferecido por Jesus Cristo no altar da cruz...em favor da humanidade pecadora” (CIC 1939).

Deve existir também uma solidariedade entre as nações, que vise “terminar com ‘os mecanismos perversos’ que obstaculizam o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos” (CIC 2437-2438)”.

No texto-base da Campanha da Fraternidade-2005 ecumênica, fica bem claro que “solidariedade não é um vago sentimento de compaixão, mas é disposição para sair da acomodação e fazer força em direção ao objetivo. Também não basta ser bem disposto. Ajudar exige decisões inteligentes, criativas, que superem obstáculos com eficiência”.

“A *solidariedade* é indubitavelmente uma *virtude crista*” Existem “numerosos pontos de contato entre ela e a *caridade*, sinal distintivo dos discípulos de Cristo (cf. Jo 13,35)”. (SRS 40).

## 2.2. O que a Igreja pensa da “questão social”

Lembremos alguns dados da história. No início da primeira comunidade, vendo que viúvas e órfãos não eram bem atendidos, logo os



apóstolos, junto com os fiéis, encontram a solução instituindo os diáconos (Cf At 6,1-6). A Igreja nunca mais parou de organizar a ajuda aos necessitados, em cada época de um jeito, com uma mentalidade diferente, com meios diferentes, mas sempre querendo cumprir o mandamento do seu mestre: “*Amai-vos uns aos outros como eu vos amei*” (Jo 13,34).

No século XIX, a partir da revolução industrial, a Igreja inicia algo novo na questão social. Depois dos novos rumos que toma a sociedade com o advento do capitalismo e do marxismo, depois que as grandes massas dos operários e trabalhadores iniciam um progressivo abandono da Igreja, o Papa Leão XIII tenta as primeiras orientações para que a Igreja se aproxime e ajude a superar os desafios que enfrenta o homem moderno. Nasce com a Encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, a Doutrina Social da Igreja. Durante todo o século XX, esta doutrina ou ensinamento vai crescendo e se configurando, ajudando a Igreja a entender melhor qual o seu papel na questão social. Nasce um pensamento riquíssimo, com orientações muito acertadas, verdadeira fonte de inspiração para a organização da ação social da Igreja. Nasce a consciência de que as questões sociais não são alheias à legítima preocupação da Igreja; são da sua competência e resposta concreta ao mandato recebido do Senhor.

Depois de Leão XIII, o pensamento sobre a questão social avançou com a Encíclica *Quadragesimo anno* de Pio XI, em 1931. e com a *Pacem in terris* de João XXIII, em 1963. Com a Encíclica *Populorum Progressio*, em 1967, Paulo VI nos faz tomar consciência de que a questão social abrange agora o mundo inteiro (PP 3). “O mundo está doente. O seu mal reside mais na crise de fraternidade entre os homens e entre os povos, do que na esterilização ou no monopólio, que alguns fazem, dos recursos do universo” (PP 66). O verdadeiro desenvolvimento da humanidade é aquele que leva para a fraternidade entre os povos (PP 43-75).

João Paulo II tem três importantes encíclicas sociais: a *Laborem exercens*, a *Sollicitudo rei socialis* e, em 1991, a *Centesimus annus*. Agora “a questão social é questão de paz ou de destruição global, de qualidade de vida ou de morte do homem e do seu habitat”. Podemos dizer que, a partir da *Gaudium et Spes* (1965), a questão social não é mais questão extrínseca à Igreja, periférica, problemática, apenas objeto da sua atenção, mas torna-se questão central, ponto fundamental da sua missão e do seu testemunho.

“O ensino e a difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja. E, tratando-se de uma doutrina destinada a



orientar o comportamento das pessoas, tem de levar cada uma delas, como consequência, ao “empenho pela justiça”, segundo o papel, a vocação e as circunstâncias pessoais” (SRS 41).

Falando no dia 03.09.2004, em Castel Gandolfo, aos bispos das províncias eclesiais de Boston e Hartford, João Paulo II afirmou: “Como mostraram claramente os trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, a construção de uma cultura global da solidariedade e do respeito da dignidade humana é uma das maiores tarefas morais que a humanidade deve enfrentar hoje”. “Em último termo, a esperança por um futuro melhor depende da conversão dos corações e da renovação espiritual da humanidade. Neste sentido, o testemunho, o exemplo, e a cooperação dos fiéis têm um papel único a desempenhar”.

Na síntese final do Congresso Mundial de Organismos Eclesiais que trabalham por Justiça e Paz, realizado em Roma, de 27 a 30 de outubro de 2004, por iniciativa do Pontifício Conselho Justiça e Paz, do Vaticano, o Cardeal Renato Raffaele Martino, Presidente do Pontifício Conselho, destacou o empenho da Igreja em três grandes áreas de ação:

- Defesa e promoção dos direitos humanos.
- Opção evangélica pelos pobres.
- Difusão e ampliação da Doutrina Social da Igreja.

E o Papa João Paulo II disse aos participantes deste Congresso: “Esta é, na verdade, a hora da caridade, também da caridade política e social.”

### 2.3. O que a Igreja faz na questão social

Em nível internacional, a Igreja conta com o *Pontifício Conselho Justiça e Paz*, que já Paulo VI em 1967 tinha instituído como Pontifícia Comissão “*Justitia et Pax*”, concretizando o que o Concílio Vaticano II tinha proposto: que fosse criado “um organismo da Igreja universal, com o fim de despertar a comunidade dos católicos para que se promova o progresso das regiões indigentes e a justiça social entre as nações” (GS 90). João Paulo II, em 1988, na *Pastor Bonus*, define como finalidade do Conselho: promover a justiça e a paz no mundo segundo o Evangelho e a doutrina social da Igreja.

O Conselho desenvolve estudos e ações em três setores: Justiça, Paz, e Direitos Humanos. Este Pontifício Conselho está a serviço em



primeiro lugar do Papa, das Igrejas particulares e das Conferências Episcopais, mediante as quais estabelece relações com organismos nacionais como as Comissões Nacionais de Justiça e Paz, Comissões de Pastoral Social, Movimentos pela Defesa dos Direitos Humanos, assim como com Ordens e Congregações Religiosas e Organizações católicas internacionais.

O Pontifício Conselho “Justiça e Paz” acaba de publicar o “*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*”. O Cardeal Renato Raffaele Martino, seu atual Presidente, na apresentação do documento, assim falou: “O Compêndio é posto à disposição de quantos católicos, outros cristãos e pessoas de boa vontade procuram indicações concretas para melhor promover o bem social das pessoas e das sociedades.” Trata-se de um texto que não tem precedentes na história da Igreja. Oferece uma visão de conjunto das orientações fundamentais do “*corpus*” doutrinal do ensinamento social católico. Apresenta “de maneira global e sistemática, mesmo se de modo sintético, o ensinamento social, que é fruto da sábia reflexão magisterial e expressão do compromisso constante da Igreja em fidelidade à Graça da salvação de Cristo, e na amorosa solicitude pelo destino da humanidade”.

Continua o Cardeal Martino: “Propõe-se o Compêndio como um instrumento para o discernimento moral e pastoral dos complexos acontecimentos que caracterizam o nosso tempo; como uma guia para inspirar, a níveis individual e coletivo, comportamentos e opções que permitam olhar para o futuro com confiança e esperança; como um subsídio para os fiéis sobre o ensinamento da moral social”. É um instrumento elaborado, além disso, com o objetivo preciso de promover “um novo compromisso capaz de responder às exigências do nosso tempo e medido sobre as necessidades e os recursos do homem, mas sobretudo com o anseio por valorizar com novas formas a vocação própria dos vários carismas eclesiais em vista da evangelização do social, porque “*todos os membros* da Igreja são partícipes da sua dimensão secular”.

O texto é proposto, ainda, como *um instrumento para alimentar o diálogo ecumênico e inter-religioso* dos católicos com quantos desejam sinceramente o bem do ser humano. O Cardeal Martino afirma ainda com muita clareza que o futuro da doutrina social da Igreja é um desafio pastoral. Dependerá muito “de como esta doutrina está relacionada com todos os aspectos da vida e da ação da Igreja: sacramentos, liturgia, catequese, pastoral. A doutrina social da Igreja, que “é parte essencial da mensagem cristã”, deve ser conhecida, difundida e testemunhada.”



A Igreja em âmbito mundial conta também com o *Pontifício Conselho Cor Unum*, “um só coração”, para a promoção humana e cristã. Criado pelo Papa Paulo VI em 1971, “expressa a solicitude da Igreja católica com os necessitados para promover a fraternidade humana e para que se manifeste a Caridade de Cristo” (Constituição apostólica *Pastor Bonus*, art. 45.) Este Conselho é um instrumento executivo do Papa para realizar as iniciativas humanitárias em caso de calamidade ou no campo da promoção humana integral. Ao mesmo tempo, o Conselho promove a catequese da caridade e incentiva os fiéis a dar testemunho da caridade evangélica. A caridade sabe ver nos necessitados o rosto de Cristo que continua a nos dizer: “*Tive fome, sede, estava doente, preso, e me ajudaste*” (Mt 25,36).

Da fé em Cristo que “deu sua vida por nós” (1Jo 3, 16), surgiram na história da Igreja inúmeras iniciativas de Caridade. Também hoje, os cristãos preocupam-se no mundo inteiro com os pobres e necessitados. Esta esplendida diversidade de iniciativas e ações da caridade cristã “é o selo de um compromisso de toda a Igreja e exige fidelidade total à mensagem integral do Evangelho”. (Paulo VI, 1972)

O Pontifício Conselho Cor Unum também cuida de duas instituições criadas por João Paulo II: a “Fundação João Paulo II para o Sahel”, criada em 1984 para combater a seca e a desertificação da África, e a “Fundação Populorum Progressio” em 1992, para servir aos povos indígenas e afroamericanos e aos camponeses pobres da América Latina e do Caribe.

João Paulo II, falando ao Pontifício Conselho “Cor Unum”, disse que deseja que se faça uma catequese sobre a Caridade em todo o Continente, de tal forma que “a diaconia da Caridade na América Latina encontre aí sua inspiração e a alma da segunda evangelização.”

A Igreja no mundo, com suas múltiplas congregações religiosas, movimentos e comunidades, desenvolve uma ação social e caritativa de tal abrangência e qualificação que o mundo, sem isto, seria muito mais miserável e triste. No Brasil, a Igreja mantém inúmeras obras sociais, seja em nível paroquial, diocesano ou nacional. Bastaria dar uma olhada, por exemplo, no livro publicado pelo CERIS e pela ANAMEC, *Obras sociais da Igreja Católica: Atividades das instituições socioeducativas e das paróquias*. Edições Loyola, 2000.

Em nível nacional, podemos destacar algumas atividades muito significativas, como a realização das “Semanas Sociais”. Estamos agora



na preparação da 4ª Semana Social Brasileira. As Semanas Sociais Brasileiras têm sido promovidas pelo Setor Pastoral da CNBB, correspondente hoje, por sinal, um nome muito “diaconal”, à Comissão para o *Serviço* da Caridade, Justiça e Paz. Uma indicação muito clara de que é no âmbito desta Comissão que o diácono deve prioritariamente desenvolver o seu ministério. As Semanas Sociais revelam-se cada vez mais como instrumentos muito eficazes para criar nova mentalidade e nova prática nas soluções dos problemas sociais. Entre seus frutos ocupa destaque o “Grito dos Excluídos”, que se realiza cada ano no dia 7 de setembro, contando cada vez mais com a adesão da população.

Outro grande projeto social da Igreja no Brasil é o Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome. Alguns pensam que a fome, como tantas outras carências, deve ser apenas responsabilidade dos governantes. Mas a Igreja tem obrigação de sair ao encontro dos necessitados como exigência do seguimento de Cristo.

### 3. O diácono construtor da solidariedade e da paz

A promoção da solidariedade e da paz, compromisso de toda a humanidade, é um compromisso específico dos cristãos, de cada cristão, tanto mais do diácono. Se, promovendo a solidariedade, chegamos à paz, promovendo uma Igreja samaritana, o diácono ajuda a construir a paz. O samaritano não olha religião, sexo, nação, terrorismo, só vê o necessitado. O samaritano é modelo dos que querem construir a paz. É modelo de como devem ser organizadas as ações de ajuda, a partir dos necessitados e indo além do emergencial.

“A paz é uma responsabilidade universal, que passa através de mil e um atos humildes da vida de cada dia. Ela aguarda seus profetas e construtores, que não podem faltar antes de mais nada nas comunidades eclesiais, cujo pastor é o Bispo.” O diácono, colaborador do ministério do bispo, desenvolve a solidariedade e a paz através da Palavra, da liturgia e da caridade.

#### 3.1. Promover a solidariedade e a paz mediante o ministério da liturgia

O diácono, nas assembléias litúrgicas, não poderá deixar indiferentes os participantes perante os problemas humanos e sociais do mundo e da comunidade em concreto. Ele não pode apenas dizer: “Ide



em paz, o Senhor vos acompanhe” no final da celebração da Eucaristia. Ele deverá ter colaborado durante a celebração para a construção da paz dos membros presentes. Paz consigo mesmo, paz com os irmãos, paz com Deus. Lembremos que “uma verdadeira paz só se torna possível pelo perdão”. (Cf PG 67) Esta paz que é, em primeiro lugar, dom de Deus e que se alcança ao mesmo tempo com a colaboração de cada um, é uma paz a ser levada a todos os homens em todos os recantos do mundo. Neste sentido, pelo seu ministério, o diácono é um construtor de paz. A paz, fruto da solidariedade. Fruto de um verdadeiro encontro com Deus e com os irmãos. Fruto do amor a Deus e aos irmãos.

Alguém pode se perguntar: O que é que o diácono pode fazer? Normalmente, a pergunta vai dirigida a saber o que pode fazer na liturgia. E ainda persiste a mentalidade de que os atos litúrgicos se movem em um âmbito totalmente desligado da vida. Há um verdadeiro divórcio entre celebrações litúrgicas e a vida. Na liturgia não se pode falar de política, de sexo, de corruptos, de realidades sociais...As pessoas dizem que não vão para a Igreja para pensar em problemas, mas para resolver os próprios problemas e encontrar paz. Será que poderemos encontrar paz e resolver nossos problemas sem abrir o nosso coração e os nossos braços aos mais necessitados? Não estaremos cometendo um grande erro quando montamos liturgias “cor de rosa”, com vestes, luzes e músicas, que nos transportam a um mundo e a um ambiente fictício, sentimental, intimista, a um encontro com um Deus longe da realidade crua e nua da nossa existência? Parece que alguns acham que a assembléia dominical deve funcionar como um oásis, um momento de respiro, uma parada diferente do restante do que foi a nossa vida durante a semana. Como se a missa dominical fosse um calmante, um sonífero, uma pomada balsâmica, uma espécie de remédio contra a dor, ou uma anestesia, que por algumas horas me transporta a outro mundo, ou me deixa impassível, quieto, inerte.

Na hora de celebrar os batizados, os casamentos, presidir o culto, abençoar pessoas e objetos, em fim, cada vez que temos oportunidade de atuar liturgicamente, qual é a nossa perspectiva interativa com a comunidade? Reforçamos um enfoque espiritualista, intimista, sentimental e individual, ou um enfoque espiritual realista, comunitário, participativo e comprometido com a transformação social?

“A presença animadora e esclarecedora dos presbíteros [bispos e diáconos] é fundamental para superar a dificuldade de reconhecer a dimensão da fé e da caridade no social, no político e na luta pela justiça”.





### 3.2. Promover a solidariedade e a paz mediante o ministério da Palavra

O diácono ensina, prega, aconselha, catequiza. O diácono tem voz em muitas instâncias da Igreja. Não só faz a homilia nas liturgias da Palavra, em algumas ocasiões na celebração Eucarística e na celebração dos sacramentos que lhe competem, mas também pode ter outras inúmeras oportunidades para proclamar a Palavra de Deus e explicá-la. Alguns diáconos pelo seu trabalho profissional têm oportunidade de transmitir os ensinamentos da Palavra de Deus nos mais diversos ambientes.

Também neste múnus, como no caso da liturgia, o diácono é chamado a promover a coerência entre o discurso e a prática. Seu trabalho deve ser essencialmente profético, de anúncio e de denúncia. Costumo dizer que o diácono, pelo seu ministério de serviço, é essencialmente um vocacionado ao martírio. É uma voz profética dentro da Igreja, que alerta para que nenhum dos membros se apegue ao poder, ao lucro, ao comodismo de uma vida fácil. Uma voz que clama pela caridade de todos, pelo atendimento aos pobres, pela comunhão de bens, pela conversão, pela missionariedade, pela ministerialidade, pela comunhão e participação corresponsável de todos os membros do povo de Deus.

Uma voz que conclama a comunidade a sair dos seus limites. A expandir os gestos de solidariedade para todos os necessitados do mundo inteiro. Uma voz que ajuda a que sejam ultrapassados os limites de etnia, religião, nacionalidade, na realização de ações que venham ao encontro da construção do bem de todos os povos.

Construir a solidariedade e a paz mediante o ministério da Palavra, significa ser portadores da verdade, doa a quem doer. Anunciar a verdade do Evangelho “oportuna e importunamente”. Não se omitir. Não renunciar. Preparar-se e capacitar-se cada vez melhor para exercer este ministério. De tal forma que o coração das pessoas possa ser tocado pelo coração de Cristo. Precisamos estar tão compenetrados com a mensagem de Jesus, que as nossas palavras possam transmitir todo o fogo que Ele veio trazer à terra. Esse fogo elimina todo egoísmo e faz reinar a paz entre todos os homens.

O que se espera do diácono é que, mediante o ministério da Palavra, ele ajude todos a que se comprometam com ações concretas de caridade. A Palavra e a Eucaristia nos conduzem inevitavelmente ao encontro dos irmãos. Temos um mesmo Pai, somos todos irmãos. Habitamos o mesmo



Planeta e temos o mesmo destino. O anúncio fundamental do plano salvífico de Deus, junto com as ações conseqüentes, não deixarão de produzir os frutos da solidariedade e da paz.

### 3.3. Promover a solidariedade e da paz mediante o ministério da caridade

O ministério da caridade é um ministério muito abrangente. Pastorais sociais, obras assistenciais e de administração são três vertentes desse ministério. A Igreja realiza e promove a solidariedade mediante a pastoral social. Promover a solidariedade e a paz, empenhando-se nas pastorais sociais, é tarefa e missão do diácono.

Estamos num tempo em que as pastorais sociais não estão suficientemente presentes nas nossas dioceses, paróquias e comunidades. É muito mais fácil encontrar em uma paróquia vinte ou trinta ministros extraordinários da sagrada comunhão, do que ministros e ministras das pastorais sociais. Em geral há um bom número de ministérios na dimensão da liturgia e da palavra, enquanto são poucos os que se engajam na dimensão da caridade.

Ainda prevalece a mentalidade, em muitos fiéis e ministros, de que os ministérios ligados à liturgia são mais importantes ou superiores aos ministérios ligados à caridade. Isso é grave e indica um desvio e uma aberração da verdadeira espiritualidade cristã. Todos os ministérios na Igreja são serviços para promover a vida. A vida na sua totalidade. Não há ministérios espirituais e ministérios materiais. Isto seria reproduzir o velho dualismo maniqueísta, que tanto prejudicou a compreensão da vida humana.

É verdade que não podemos fazer crescer as pastorais sociais em substituição das políticas públicas. Neste sentido temos que evitar erros do passado. Ao mesmo tempo, as carências sociais são tão gritantes e urgentes que não podemos apenas ficar esperando que um dia a política resolva. Entretanto, não podemos esquecer que este trabalho deve ser feito em parceria. Educar e orientar para trabalhar em parceria, tanto com as forças internas da Igreja como com as diversas entidades da sociedade civil. O diácono será construtor da solidariedade e da paz na medida em que seja suscitador, animador, coordenador das pastorais sociais. Não para ele estar à frente das mesmas, mas para que os leigos e leigas assumam cada vez mais seu protagonismo.



Faz também parte do ministério da caridade promover e incentivar a participação política. A questão *política* é uma questão crucial. Uma questão ainda não resolvida nas nossas comunidades. A cada período eleitoral multiplicam-se as cartilhas e as orientações, mas na prática os leigos e mesmo os clérigos que decidem entrar na política, são discriminados. Sempre se ouve dizer, para justificar determinadas atitudes de repúdio aos candidatos, que quem toma partido divide a comunidade. Será que na prática é possível fazer política sem partidos? A participação política dos leigos ainda é muito limitada, muito vigiada, muito censurada, muito condicionada. Muitas vezes os próprios leigos não aceitam que membros da comunidade sejam candidatos. Isso mostra quanto estamos longe de uma consciência do valor e da importância da política para concretizar os ideais cristãos. Por isso, promover a formação política dos membros da comunidade será parte essencial do ministério do diácono. Não só uma formação de momentos esporádicos, pontuais, mas uma formação permanente, consistente e integral. O que se espera do diácono não é que ele seja capaz de dar cursos de formação política, mas que tenha a sensibilidade e a preocupação de levar a sério esta necessidade nas nossas comunidades. Também será papel do diácono apoiar e animar aqueles que entram na política. É urgente na nossa Igreja resgatar o papel do leigo na política. A participação deles em todos os conselhos comunitários e em todos os organismos que promovem a igualdade social e a cidadania. Iniciativas como o Centro Nacional Fé e Política “Dom Helder Câmara”, merecem especial apoio e atenção dos diáconos. A verdadeira evangelização é aquela que faz do evangelizado um verdadeiro político.

No caso do diácono permanente, em que praticamente todos são profissionais, o trabalho torna-se um fator importante do seu ministério. Os diáconos permanentes, em geral, passam mais tempo nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, universidades, nas empresas, que nas celebrações litúrgicas. Este é um aspecto diferenciador entre os ministros ordenados. Ele aparece menos no altar do que o padre. O seu altar é a mesa de trabalho. Enquanto que para o padre, talvez o altar seja o seu trabalho. Muitos ainda vêm o fato de que o diácono tenha que trabalhar como se fosse uma desvantagem para os serviços da Igreja.

Vale para eles o que o Papa João Paulo II diz para os leigos:

*“Ao descobrir e viver a própria vocação e missão, os fiéis leigos devem ser formados para aquela unidade, que é característica da sua própria situação de membros da Igreja e de cidadãos da sociedade humana.*



*Não pode haver na sua existência duas vidas paralelas: por um lado, a vida chamada “espiritual”, com os seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida “secular”, ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do engajamento político e da cultura.”*

Facilmente esquecemos que a Igreja não vive em função dela mesma, mas em função do mundo. O trabalho torna-se para o diácono o grande campo de evangelização. O seu testemunho de profissional competente, autêntico, é fonte de bem-estar social. O diácono será, junto com os leigos e leigas, o grande concretizador dos princípios e orientações da Doutrina Social da Igreja sobre o trabalho humano, apoiando as lutas dos trabalhadores, lutando pelos direitos dos mesmos, fazendo com que a comunidade participe de toda iniciativa e movimentação que venha conseguir melhores condições para os trabalhadores. Sem dúvida, com estas ações, o diácono estará construindo uma sociedade mais solidária e conseqüentemente de paz.

O diácono, em geral, realiza o seu serviço gratuitamente. Ele não é pago, remunerado pelo que faz na Igreja. Ele é apenas ressarcido de eventuais despesas que requerem a realização do seu ministério. Assim, o grande exemplo do diácono para a comunidade é a gratuidade do seu serviço. Numa sociedade em que tudo é pago, pode parecer esta atitude dos diáconos coisa de tolos. Os diáconos mostram assim para a comunidade e para a sociedade que existem outros critérios que podem regular os serviços que são prestados. Os parâmetros da economia globalizada neoliberal não combinam com os dos seguidores de Cristo que são capazes de dar a vida pelos irmãos. A vida é o primeiro e maior valor. Aqui está a grande revolução econômica e cultural que o cristianismo é chamado a realizar. É preciso promover uma cultura da solidariedade. O capitalismo promove o egoísmo e a guerra. Ele é um dragão insaciável que não poupa nem a natureza nem o homem. O diácono incita a sair do esquema capitalista em que nos encontramos imersos. Se permanecermos nesse sistema, estaremos propiciando a morte do cristianismo.

Mas não basta emitir condenações do sistema capitalista. É necessário mostrar que se pode viver fora dele. O diácono é suscitador da gratuidade, da partilha. Ele propõe para a comunidade um modelo administrativo diferente do modelo capitalista. Conseguir que não existam necessitados entre os membros da comunidade. A prioridade do dizimo e outros recursos não são as benfeitorias dos templos e salões paroquiais,



mas os necessitados. Depois podem vir as reformas. Seu papel é ajudar a comunidade a enxergar que a administração deve estar a serviço da missão, e que a missão vai além das fronteiras da comunidade. O ministério do diácono, na medida em que anima comunidades de dimensões humanas e ajuda a implantar na Igreja uma economia de solidariedade, contribui para a realização da paz.

O diácono permanente, na sua imensa maioria, é um homem casado. Aqui encontramos outro aspecto diferenciador do ministro ordenado celibatário. O diácono exerce o seu ministério em primeiro lugar na sua própria família. Educando os seus filhos segundo os valores e as exigências do Evangelho, ele educa para a solidariedade e a paz.

A primeira comunidade de dimensões humanas que ele anima é a sua própria família. Com esta experiência, ele poderá ajudar a fomentar outras comunidades que venham a dar uma nova configuração as paróquias. A maioria das paróquias no Brasil tornou-se quase diocese. Fala-se muito de paróquia “rede de comunidades”. O termo “rede” não parece muito adequado para expressar a realidade comunitária. É um termo muito carregado de conotações comerciais e financeiras. Seria melhor falar de comunidade de comunidades. Mas isto nos lembra a constituição da diocese. Poderíamos dizer que, quando a paróquia cresce tanto, que parece uma diocese, deixa de cumprir as finalidades que inicialmente lhe foram atribuídas, quando eram constituídas por pequenos núcleos rurais.

Hoje, tanto no campo como na cidade, temos uma realidade bem diferente. Mas a instituição paroquial continua tão forte, que resiste às novas propostas mais missionárias. Por exemplo, resiste às Cebs, às diaconias, às comunidades ambientais, às comunidades de vida. O desafio é viver o amor fraterno na paróquia. Nas pequenas comunidades, isto seria mais viável. O serviço do diácono seria ajudar a construir comunidades de comunhão de amor. Existem diversas experiências em andamento no Brasil. São diversos tipos de diaconias ambientais: hospitais, fóruns, feiras livres, universidades, colégios, instituições caritativas, confiadas à animação dos diáconos, que cuidam principalmente de que entre os membros destes ambientes se viva o amor fraterno.



### 3.4. A dimensão ecumênica no ministério diaconal

Não podemos concluir este trabalho sem destacar um aspecto da caridade que deverá ser trabalhada de forma muito intensa neste século XXI. Promover a solidariedade e a paz no diálogo ecumênico e inter-religioso.

Dizem que o futuro da humanidade está no diálogo entre as religiões. Não vejo realmente futuro sem o “desarmamento” das religiões da humanidade. Na história da humanidade até hoje, os imperialismos sempre tiveram como aliados uma religião. No fundo, o poder faz da religião uma caricatura. A religião não pode mais se oferecer ao poder. Qualquer religião aliada a qualquer imperialismo sempre será um retrocesso para a humanidade e uma negação da religião. Toda religião se torna fundamentalista quando se fecha ao diálogo. Dialogar é exigência intrínseca e condição indispensável para que uma religião seja autêntica.

O diálogo ecumênico e inter-religioso é uma tarefa que se impõe não apenas às grandes autoridades representantes das diversas religiões. É uma tarefa e dever de todos. O serviço que o diácono presta, nas comunidades, não tem fronteiras religiosas. A proposta de parcerias para a realização de obras de solidariedade e paz é o melhor instrumento de diálogo e compreensão entre as diversas religiões. Unir na prática da solidariedade e da paz é o melhor serviço que pode realizar o diácono desde o seu ambiente.

No nosso meio, iniciativas como a Campanha da Fraternidade de 2005, ecumênica, cujo lema é “solidariedade e paz”, merecem todo o empenho ministerial dos diáconos. Não só a Campanha da Fraternidade mas todas as iniciativas, sejam eclesiais ou civis, que têm por objetivo concretizar a proposta do bom samaritano. Trabalhar por uma cultura da paz vivenciando o evangelho da vida é a tarefa de todos e, portanto, é ministério do diácono.

### Conclusão

Iniciamos trazendo um fato indicador de uma nova forma de entender o ministério do diácono. Um ministério que, no contexto atual da sociedade e da Igreja, e de acordo com a sua intuição original, está chamado a acentuar a dimensão da caridade. Podemos agora concluir



que realmente a grande contribuição dos diáconos poderá ser ajudar a Igreja a ser a Igreja da caridade, do serviço, do compromisso com os pobres; ajudar a Igreja a ser a “casa dos pobres”; ajudar a Igreja na América Latina a que “não haja mais necessitados”. Tudo isso vai requerer profetismo, preparo, criatividade, disposição, por parte do diácono, para ser um autêntico construtor da solidariedade e da paz na Igreja e no mundo. Certamente não dá para ordenar um diácono que não esteja comprometido com a “questão social”. Se ele é o serviço da Igreja sacramentalizado, sinal do serviço de Cristo, só pode ser ordenado diácono aquele que estiver engajado no projeto de construção do Reino de justiça, de paz e de amor.

*Endereço do Autor:*

Rua Lab. Manoel Leite, 385  
55540-000 – Palmares – PE  
duran@onlife.com.br